



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Palácio do Planalto
30 de setembro

O Plano de Ação Governamental visa a utilizar os recursos disponíveis de uma maneira racional, aproveitando-os ao máximo, além de dar ênfase ao crescimento e geração de empregos e propiciar um aumento do PIB em 7% ao ano.

1º de setembro — O Presidente José Sarney se empenha pessoalmente para encontrar uma solução para a ameaça de impasse que representa o substitutivo Bernardo Cabral, na Constituinte, estabelecendo o parlamentarismo. O Presidente convoca reunião no Palácio do Planalto, a fim de coordenar a restauração do presidencialismo na Constituição. O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, sugere o estabelecimento de um plebiscito para que o povo escolha entre parlamentarismo e presidencialismo.

25 de setembro — O Ministro da Fazenda, afirma, nos Estados Unidos, que o Brasil deseja encerrar a moratória e normalizar suas relações com o mercado financeiro internacional.

29 de setembro — O Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, pede demissão.

Antes de abordar o alto significado do lançamento, hoje, do Programa de Ação Governamental, anuncio que acabo de sancionar projeto de lei sobre o vale-transporte.

Ainda em dezembro de 1985, mal chegado à Presidência da República, sancionei a Lei nº 7.418, que instituiu essa grande conquista, preocupados que estávamos, como estamos, com o problema dos transportes urbanos e dos trabalhadores nas grandes metrópoles. O novo projeto de lei, de autoria do senador Afonso Camargo, torna obrigatório o vale-transporte.

Para se ter uma idéia do que isso significa para o trabalhador brasileiro, basta dizer que, com esta lei, estamos ampliando, por dia, de 1 e meio milhão para 14 milhões o número de beneficiários do vale-transporte. Estarão agora beneficiados por este instrumento legal 80% dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos.

Para quem recebe até um salário mínimo, com até cem viagens ao mês, estamos reduzindo de 30% para 6% do salário o peso líquido médio dos seus gastos com transportes.

Com essas medidas, rompemos um ciclo vicioso causado pela evolução dos custos dos transportes, de sempre superar a capacidade de pagamento dos usuários. Isso gerava perda na qualidade do serviço, aumento dos custos operacionais e pressões de reajustes tarifários em níveis acima dos salários, repetindo o ciclo.

Este é apenas um dos aspectos com que estamos tratando e temos tratado o problema dos trabalhadores e dos transportes nas grandes cidades. Basta lembrar que há dois meses lançamos o grande programa de melhoria das vias urbanas e de transportes coletivos das grandes metrópoles, com um programa avaliado em 1 bilhão e 400 milhões de dólares, destinado à melhoria da frota nacional de transporte coletivo, já hoje em estado bastante precário, como também à melhoria dos transportes suburbanos, através da recuperação de todo o parque de locomotivas, além do leito das estradas que servem de abastecedoras dos transportes urbanos.

Isto é um grande benefício para o nosso trabalhador, que também neste Governo tem recebido um tratamento prioritário, bastando lembrar que corresponde a esta época o salário-desemprego e o salário móvel. E a filosofia de que jamais nós podemos ter salários que são corrigidos de acordo com a inflação e com os ganhos de produtividade livremente acertados entre patrões e empregados.

Estes problemas agora estão sendo superados. Vamos conseguir ao mesmo tempo a melhoria dos serviços dos transportes e a redução do custo operacional.

Estamos confirmando a prioridade do Governo de conceder aos transportes públicos, que são responsáveis por 60% de todos os deslocamentos nas áreas urbanas, um tratamento especial.

Mas o mais importante é que, com estas medidas, estamos melhorando o padrão de vida do trabalhador brasileiro, pelo aumento da renda disponível. Estamos, assim, tratando com fatos e com atos concretos os problemas diários da classe trabalhadora, procurando melhorar a sua qualidade de vida.

Foi, por conseguinte, com grande alegria que sancionei esta lei, pois ela, ao beneficiar os trabalhadores brasileiros, atende ao mandamento fundamental da nossa política de Governo, que é *tudo pelo social*.

Coerente com essa política e com a determinação de que promoveremos a recuperação do piso salarial dos trabalhadores, desejo também anunciar que assinei decreto que reajusta o valor do Piso Nacional dos Salários para Cz\$ 2.640 ao mês, a partir do mês de outubro.

E lembrar que, graças a essa providência de separar o piso salarial do salário mínimo, que era o salário referência, nós estamos evitando que, à custa do aumento do salário do trabalhador, aqueles salários a ele vinculados fossem os mais beneficiados toda vez que se aumentava o salário mínimo do trabalhador brasileiro.

A partir de agora nós poderemos, com uma política mais firme, ajudar o trabalhador mais pobre, sem que isso implique um benefício para os mais ricos, que eram os que mais aproveitavam essas providências.

Nossa política econômica tem apresentado resultados positivos. Tive hoje, também, a satisfação de receber os dados da inflação de setembro. Foi de 5,68%, inferior à de agosto, o que mostra que estamos no caminho da estabilidade econômica, embora com todas as dificuldades. Enquanto no segundo trimestre do ano tivemos uma inflação de 87,87%, no trimestre passado, o terceiro, essa taxa se reduziu a 15,83%.

Depois do Plano Bresser e após aprovarmos o Plano de Controle Macroeconômico, estamos aqui reunidos para darmos um passo decisivo na definição dos programas governamentais.

Quero dizer que antes de chegarmos ao Plano de Ação Governamental que hoje lançamos, tivemos um longo período a percorrer.

Ao assumir o Governo, encontramos não com muita clareza os instrumentos disponíveis aos governantes para que eles pudessem planejar, sobretudo no que se refere a visualizar as finanças públicas. Nós não tínhamos um orçamento unificado. Nós tínhamos um orçamento fiscal, um orçamento financeiro e um orçamento monetário. E tínhamos reunidos nestes três orçamentos um orçamento difuso, que não nos dava condições de visualizar exatamente a despesa pública.

Então, seria esta a nossa primeira providência, mas que não pôde ser feita — e aqui estão homens que lidam diariamente com a coisa pública — e não pôde ser feita imediatamente porque era uma tarefa que demandava tempo. E nós conseguimos, já este ano, o primeiro ano, o que é, de certo modo, um fato inédito na história do Brasil: o primeiro orçamento unificado, mandado ao Congresso Nacional, o orçamento de 1988, orçamento que reúne o orçamento fiscal, o orçamento financeiro e o orçamento monetário.

A partir de agora o Congresso Nacional pode ter um controle absoluto das contas públicas e acompanhar o Governo em todos os seus gastos, porque aqui estão previstas as despesas e as fontes de financiamento, não podendo mesmo o Governo fazer nenhuma despesa que não seja autorizada pelo Congresso Nacional. Nem os subsídios, porque esses subsídios terão de ser aprovados pelo Congresso Nacional.

Este foi um trabalho exaustivo, de mais de dois anos, que representou uma tarefa anônima dos nossos técnicos e uma determinação política, abdicando o Governo de uma função discricionária em relação ao orçamento, para

colocá-lo dentro dos parâmetros democráticos de uma nação e de um governo que é transparente, se deixa controlar e se deixa supervisionar. Essa é a primeira grande etapa que nós tivemos.

Em segundo lugar, nós tivemos o Plano Macroeconômico, no qual a nossa economia planejadamente segue parâmetros que devem ser seguidos e que estamos perseguindo. E, obedecendo a este Plano Macroeconômico, nós já temos esses resultados que aqui são apresentados, tendo a Nação consciência do que se está fazendo, do que se pode fazer e do que não se pode fazer.

E agora, para completar esse conjunto de providências que um Governo moderno deve tomar, nós estamos, hoje, lançando o Programa de Ação Governamental, que não é um programa de gastos. Planejar não é gastar, planejar é saber utilizar os recursos disponíveis de uma maneira racional, aproveitando-os ao máximo. É a isso o que o Plano de Ação Governamental, hoje lançado, visa. Nós estamos com os recursos aqui encontrados e aprovados pelo Congresso. Com o Plano Macroeconômico, que nos dá os limites da nossa economia, e com o Plano de Ação Governamental preparados para executar um governo planejadamente, um governo moderno, como deve ser o governo de um País como o Brasil.

Assim, os senhores e todos nós estamos participando de um ato importante na história administrativa do nosso País.

Nesse sentido, para atingir esses objetivos, determinei ao Ministro do Planejamento que elaborasse esse Plano de Ação consistente e coerente com as principais diretrizes do Governo, e que, ao mesmo tempo, consubstanciasse os ideais e compromissos maiores da Nova República. Um programa que, em suma, refletisse a voz de todos os brasileiros.

Devo dizer, também, de uma maneira pela qual melhora o relacionamento entre governantes e governados, que a partir de agora ninguém pode cobrar do Governo aquilo que não está nas mãos do Governo resolver, porque ele está absolutamente controlado pelos instrumentos democráticos da Nação, inclusive no que se refere a recursos.

O Governo Federal dispõe de três fontes de recursos: uma, o orçamento fiscal, resultados dos impostos pagos pelo povo brasileiro; a outra fonte é a que se refere à nossa condição de poder fazer a dívida interna, isto é, de colocar títulos dentro do mercado. Estes títulos, também agora, os seus limites só podem ser emitidos se aprovados pelo Congresso Nacional, nos parâmetros ali estabelecidos. E, em terceiro lugar, as emissões de moeda, que também a partir de agora só podem ser feitas com a aprovação do Congresso Nacional. Assim, há uma co-responsabilidade e linhas absolutamente definidas. Ninguém pode pedir ao Governo Federal que ele faça milagres que não pode fazer.

Tenho a satisfação de entregar aos brasileiros, hoje, o Programa de Ação Governamental. Com ele ganhamos em previsibilidade e segurança na condução de nossa economia. O programa que submeto à sociedade brasileira tem a diretriz de favorecer os mais pobres, porque são os que mais precisam, e a diretriz do Governo foi sempre de fazer tudo pelo social.

Nossa ênfase é no crescimento e na geração de empregos, na contenção da inflação, no ajuste das contas externas, na melhoria da distribuição da renda e em investimentos voltados para as regiões menos desenvolvidas e para a população carente.

Pre vemos um crescimento do Produto Interno Bruto à taxa de 7% ao ano, como consta no Plano Macroeconômico.

Para que a economia cresça a essa taxa, deveremos investir 14,3 trilhões de cruzados até aquele ano, a preços de 87 calculando-se em 5 trilhões os investimentos públicos, ou seja, 7,9% do nosso Produto Interno Bruto.

Neste programa, especificam-se projetos que requerem dispêndios da ordem de 8,9 trilhões de cruzados em todo o período. Deste total, e coerente com a prioridade ao social, o programa destina aos gastos sociais 54,4%, ou seja, 4,9 trilhões de cruzados.

Talvez o maior objetivo do programa, na soma de todos os seus desdobramentos, seja modificar o perfil da distribuição de renda em nosso País.

Realizaremos o aumento indireto da renda pelos projetos do Mutirão contra a Pobreza, além de prevermos uma mudança do perfil salarial advinda dos ganhos de produtividade, da duplicação do poder aquisitivo do salário mínimo e da eventual recuperação salarial conseguida pela livre negociação.

O Mutirão contra a Pobreza, envolvendo o Governo Federal, a comunidade, as prefeituras e a iniciativa particular, mobilizará investimentos da ordem de Cz\$ 480 bilhões e beneficiará diretamente 73 milhões de pessoas.

Queremos ingressar no século XXI tendo vencido a fome e a miséria. Para isso será indispensável o aumento de nossa oferta de alimentos. Nossa produção agrícola deverá crescer, portanto, 30%.

Além disso, serão construídos, pavimentados ou recuperados 70 mil quilômetros de rodovias, e a geração de energia deverá crescer em 40%, pois sem estradas e sem energia nosso crescimento estará comprometido. E este é um problema grave que vive a sociedade brasileira atual, com a defasagem do nosso crescimento econômico e o não crescimento da nossa infra-estrutura.

Conjugaremos esse esforço de desenvolvimento econômico e social com o saneamento das contas públicas.

O déficit deve ser eliminado progressivamente, caindo no próximo ano para 2%. Em 1989, para 1,5%. E para 0,5% em 1990. Até ser virtualmente eliminado a partir desta data, quando a poupança interna, que hoje se situa em torno de 18% do PIB, já terá se elevado para 23,8% do nosso Produto Interno Bruto.

Tendo sua formulação coordenada pela SEPLAN — e ao ministro Aníbal Teixeira quero dar os parabéns pela competência e capacidade de trabalho —, o programa acolheu contribuições de todas as áreas do Governo, resultando, ademais, de uma ampla consulta aos mais diversificados setores sociais.

A história nacional, como a história de todas as grandes nações, não ocorre por grandes saltos milagrosos. Ela é edificada com a luta e o sacrifício, no dia-a-dia de todo um povo, geração após geração.

O Programa de Ação Governamental que anunciamos é o resultado de demorada e profunda reflexão sobre a experiência passada e sobre a realidade presente. Representa um trabalho por nós desejado, pedido, estimulado ao longo destes dois anos e meio de Governo.

Este programa terá, de parte do Governo, acompanhamento e avaliação permanentes. Mas a sociedade, ao contribuir para as decisões governamentais, também se compromete com o êxito dos empreendimentos. É, portanto, imprescindível a participação social na execução e controle dos resultados obtidos.

A cada brasileiro, a cada brasileira, eu peço apoio e confiança. Peço que participem solidários de um programa cuja meta é garantir a paz social, a prosperidade da Nação, a tranqüilidade de todos os lares do nosso País.

Sou, pelo destino e pelo temperamento, um homem sereno e cordial. Sou um homem de trabalho, que ama a paz, o diálogo, o entendimento e os deveres da amizade.

Mas não esqueço meus deveres, nem meus compromissos com o povo e com o nosso País.

Em qualquer campo, jamais deixarei de tomar as decisões que interessem à nossa Nação. Firmemente e sempre nos momentos oportunos. Sem açodamentos, mas com grande determinação.